

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 122

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Valdir Rossoni
Líder Oposição .....	Orlando Pessuti
PTB.....	Ademar Traiano
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Hermes Fonseca
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	Sérgio Spada
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

## Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
18 DE SETEMBRO DE 2000**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 022/2000

Curitiba, 13.09.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legisla-

tiva, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do artigo 2º, da Lei nº 12.941 de 05 de setembro de 2000, lei essa que autoriza a cessão do imóvel que especifica, à Organização Mundial da Família.

A nova redação ora proposta, mantém todas as condicionantes estabelecidas pela versão da lei originária, alterando, tão somente, os prazos de vigência de tal cessão e para hipótese de prorrogação, isto considerado necessário, em razão de ponderações feitas pela futura cessionária, de que prazo menor não ensejaria condições ideais para implantação dos projetos pelos quais irão ser desenvolvidas atividades para atendimento de questões relativas à criança e à família.

Certo de a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - O art. 2º, da Lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º desta lei será utilizado como sede da Organização Mundial da Família - América Latina, bem como sede da União Nacional das APMI's, com a conseqüente implantação de um Centro de Treinamento Internacional para as questões relativas à criança e à família, tendo esta cessão a duração de 15 (quinze) anos, prorrogável por igual período, mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a Organização Mundial da Família, responsável pela guarda, proteção, restauração e manutenção da arquitetura original do imóvel, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, abstendo-se do direito de ressarcimentos futuros pelas benfeitorias produzidas no local.

Parágrafo Único - A cessão de que trata esta lei ficará condicionada a que a cessionária utilize o referido imóvel para atividades ligadas às questões relativas à criança e à família e à implantação de um Centro de Treinamento Internacional, devendo esta cumprir integralmente as condições elencadas neste artigo.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 023/2000

Curitiba, 13.09.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação da alteração na com-

posição das fontes dos recursos e alteração no Programa de Obras na programação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

A conversão dar-se-á mediante a mudança da fonte 25 - Venda de Ativos e/ou Devolução de Capital Subscrito para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado no valor de R\$346.200,00 (trezentos e quarenta e seis mil e duzentos reais).

Ainda alteração no Programa de Obras, constante do Anexo V da Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania no valor de R\$2.075.120,00 (dois milhões, setenta e cinco mil, cento e vinte reais).

Os recursos tanto para a conversão e ajuste no Programa de Obras são provenientes de dotações do próprio órgão.

Esclareço também que o ajustamento proposto tem por finalidade atender despesas com o convênio firmado entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, para a conclusão das Penitenciárias de Cascavel e Piraquara.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica procedida a conversão entre as fontes de recursos que custeiam a programação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, no valor de R\$346.200,00 (trezentos e quarenta e seis mil e duzentos reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 3º - Fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Orçamentária de 2000, no valor de R\$2.075.120,00 (dois milhões, setenta e cinco mil, cento e vinte reais), de acordo com os Anexos V e VI desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### ACRÉSCIMO

### ANEXO I

FL. 01

### DE DESPESA

### ANEXO A LEI

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
41900	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania					
4903	Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN					
1083	Penitenciárias Industriais	4411.51	00	L	346.200	0878
TOTAL					346.200	

### REDUÇÃO

### ANEXO II

FL. 01

### DE DESPESA

### ANEXO A LEI

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4900	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania					
4903	Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN					
1083	Penitenciárias Industriais	4411.51	25	L	346.200	0878

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
TOTAL					346.200	

ACRÉSCIMO

ANEXO III

FL. 02

RECEITA CENTRALIZADA

ANEXO A LEI

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
1113.02.00	Imposto s/ Operações Relativas a Circ. Merc. e s/ Prestações de Serv. de Transp. Interest. e Intermun. e de Comunicação	00	346.200	0878
TOTAL			346.200	

REDUÇÃO

ANEXO IV

FL. 02

RECEITA CENTRALIZADA

ANEXO A LEI

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2211.01.00	Venda de Ações da Copel	25	346.200	0878
TOTAL			346.200	

ACRÉSCIMO

ANEXO V

FL. 03

DE OBRAS

ANEXO A LEI

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
4900	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania				
4903	Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN				
1083	Penitenciárias Industriais				
230	Cascavel				
0002	Concluir a Construção da Penitenciária Industrial (B)	00 07	L L	39.000 65.000	0878 0878
626	Piraquara				

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
0001	Concluir a Construção da Penitenciária Estadual de Regime Fechado (B)	00 07	L L	307.200 1.663.920	0878 0878
TOTAL		TES.	L	2.075.120	

REDUÇÃO  
DE OBRAS

ANEXO VI  
ANEXO A LEI

FL. 03  
R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
4900	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania				
4903	Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN				
1083	Penitenciárias Industriais				
510	Maringá				
0003	Construir Penitenciária Estadual de Regime Semi Aberto	07 25	L L	1.728.920 346.200	0878 0878
TOTAL		TES.	L	2.075.120	

MENSAGEM Nº 024/2000

Curitiba, 13.09.2000.

Governador do Estado

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste orçamentário, e simultaneamente, a alteração na composição das fontes de recursos, no valor de R\$210.000,00 (duzentos e dez mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando a execução de obra, através de Convênio com o Ministério da Educação, não previsto no Orçamento para o ano de 2000.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da própria faculdade.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) JAIME LERNER

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste orçamentário e, simultaneamente, a alteração na composição das fontes de recursos ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, no valor de R\$210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no artigo anterior desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Anexo V do Programa de Obras constante da Lei Orçamentária Anual para 2000, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## ACRÉSCIMO

## ANEXO I

FL. 01

## DE DESPESA

## ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4541	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam					
2218	Administração e Manutenção do Ensino Superior em Campo Mourão	4490.51	81	L	210.000	0796
TOTAL					210.000	

## REDUÇÃO

## ANEXO II

FL. 01

## DE DESPESA

## ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4541	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam					
2218	Administração e Manutenção do Ensino Superior em Campo Mourão	4490.51	50	L	58.000	0796
		4490.52	50	L	152.000	0796
TOTAL					210.000	

## ACRÉSCIMO DA RECEITA

## ANEXO III

FL. 02

## DESCENTRALIZADA

## ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior			
4541	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam			
2462.01.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	81	210.000	0796
TOTAL			210.000	

## REDUÇÃO DA RECEITA

## ANEXO IV

FL. 02

## DESCENTRALIZADA

## ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior			
4541	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam			
1600.08.00	Serviços de Processamento de Dados	50	210.000	0796
TOTAL			210.000	

## ACRÉSCIMO

## ANEXO V

FL. 03

## DE OBRAS

## ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior				
4541	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam				
2218	Administração e Manutenção do Ensino Superior em Campo Mourão				
212	Campo Mourão				

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
0002	Construir 6 Salas de Aula (A)	81	L	210.000	0796
TOTAL		O.F.	L	210.000	

REDUÇÃO  
DE OBRAS

ANEXO VI  
ANEXO

FL. 03  
R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior				
4541	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam				
2218	Administração e Manutenção do Ensino Superior em Campo Mourão				
212	Campo Mourão				
0002	Construir 6 Salas de Aula (A)	50	L	58.000	0796
TOTAL		O.F.	L	58.000	

MENSAGEM Nº 025/2000

Curitiba, 13.09.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste orçamentário, criação de obras, troca de fontes e crédito suplementar a programação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, no valor de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais)

Esclareço também que o ajuste proposto tem por finalidade a criação e execução de obra não prevista no Orçamento para o ano 2000.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado o ajuste orçamentário, criação de obras e a troca entre as fontes que custeiam a programação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, no valor de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 3º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 3º desta lei, fica alterado o Anexo do Programa de Obras, conforme Anexo VII desta lei

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



## ACRÉSCIMO

## ANEXO I

FL. 01

## DE DESPESA

## ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4544	Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba					
2224	Administração e Manutenção do Ensino Superior em Paranaíba	3390.36 4490.51	50 50	L L	50.000 90.000	0857 0857
TOTAL					140.000	

## REDUÇÃO

## ANEXO II

FL. 01

## DE DESPESA

## ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4544	Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras e Paranaíba					
2224	Administração e Manutenção do Ensino Superior em Paranaíba	3390.36 3390.39 4490.52	82 82 50	L L L	20.000 30.000 90.000	0857 0857 0857
TOTAL					140.000	

## ACRÉSCIMO

## ANEXO III

FL. 02

## DA RECEITA DESCENTRALIZADA

## ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior			

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
4544	Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí			
1600.99.00	Outros Serviços	50	50.000	0857
TOTAL			50.000	

## REDUÇÃO

ANEXO IV

FL. 02

## DA RECEITA DESCENTRALIZADA

ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior			
4544	Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí			
1761.00.00	Transferências de Convênios Intragovernamentais	82	50.000	0857
TOTAL			50.000	

## SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO V

FL. 03

## DE DESPESA

ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4544	Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí					
2224	Administração e Manutenção do Ensino Superior em Paranavaí	4490.51	50	L	50.000	0858
TOTAL					50.000	

## CANCELAMENTO

ANEXO VI

FL. 03

## DE DESPESA

ANEXO

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4544	Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí					
2224	Administração e Manutenção do Ensino Superior em Paranavaí	3390.36	50	L	50.000	0858
TOTAL					50.000	

ACRÉSCIMO  
DE OBRAS

ANEXO VII  
ANEXO

FL. 04  
R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior				
4544	Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí				
2224	Administração e Manutenção do Ensino Superior em Paranavaí				
600	Paranavaí				
0002	Construir salas de aula	50	L	140.000	0858
TOTAL		O.F.	L	140.000	

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1755

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação da Mensagem Governamental nº 022/2000, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo a ampliar para 15 anos, o prazo de cessão do Educandário

Santa Felicidade à Organização Mundial da Família, conforme Lei nº 12.941 de 05.09.2000.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 1756

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação da Mensagem Governamental nº 024/2000,

que dispõe sobre ajuste Orçamentário. R\$210.000,00 Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 1757

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação da Mensagem Governamental nº 023/2000, que altera fonte de recursos e o programa de Obras da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, para conclusão das Penitenciárias de Cascavel e Piraquara.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 1758

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação da Mensagem Governamental nº 025/2000, que dispõe sobre Ajuste Orçamentário. R\$140.000,00 da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 1742

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e atendendo sugestão do setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 011/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, por tratar-se de matéria similar ao Projeto de Lei nº 009/99, também de iniciativa do deputado Angelo Vanhoni, que foi anexado ao Projeto de Lei nº 126/99.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) NELSON JUSTUS

DIRETORIA LEGISLATIVA  
COORDENADORIA DAS COMISSÕES  
SETOR DE VERIFICAÇÃO LEGISLATIVA

OFÍCIO Nº 014/2000

Curitiba, 18.09.2000.

Senhor Presidente.

Através do perante, vimos comunicar a Vossa Excelência, que esta Diretoria, através de pesquisa legislativa, encontrou similitude de matéria entre o Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni e o Projeto de Lei nº 011/99 também de autoria do depu-

tado Ângelo Vanhoni, o qual foi anexado ao Projeto de Lei nº 126/99.

Assim sendo, sugerimos o arquivamento do Projeto de Lei nº 011/99.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(aa) DELÔRA FERREIRA DO AMARAL CARVALHO

Responsável pelo Setor

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo

#### REQUERIMENTO Nº 1731

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de pesar pelo falecimento do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, o advogado, historiador e político, Francisco Brito de Lacerda, ocorrido no último sábado, dia 16, nesta Capital. De tradicional família paranaense, Lacerda foi sepultado na cidade da Lapa, sua terra natal.

Requer ainda que da decisão do Plenário seja encaminhada à família, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) BETO RICHÁ

#### REQUERIMENTO Nº 1741

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata de trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do senhor Luiz Gindri, ocorrido hoje, 18 de setembro, no município de Pérola do Oeste.

Requer ainda que se dê ciência deste requerimento à senhora Gilda Sagrilo Gindri, e ao senhor Eugênio Gindri, respectivamente viúva e filho do extinto, aos cuidados da Prefeitura Municipal de Pérola do Oeste, CEP 85740-000.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O senhor Luiz Gindri, foi um dos pioneiros do município de Pérola do Oeste e morava atualmente no distrito de Conciolândia, onde militou na política, tendo sido um dos fundadores do velho MDB.

Solidarizamo-nos com os familiares e com amigos de Luiz Gindri nesse momento de tristeza, manifestando nosso profundo pesar e sinceras condolências.

#### REQUERIMENTO Nº 1732

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao

doutor Miguel Krigsner, diretor Presidente do Grupo O Boticário, pela inauguração do Sistema Integrado de Operações, etapa significativa de ampliação da estrutura fabril em seu complexo industrial.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O grupo O Boticário, sob a presidência sábia do doutor Miguel Krigsner, vem desenvolvendo atividades comerciais no mais alto estilo, elevando o Estado do Paraná no cenário mundialmente conhecido no ramo de cosméticos e perfumaria em geral, gerando atualmente mais de 10.000 empregos diretos e indiretos, com 1.852 lojas espalhadas pelo Brasil, além de várias outras no exterior, no Paraguai, Bolívia, Portugal, Japão e Peru.

Dentre as principais atividades do Grupo, está a preocupação com a preservação do Meio Ambiente, desenvolvendo projetos que visam a conservação da natureza na luta incansável em defesa da flora e fauna do nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 1738

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo senhor ministro de Estado da Justiça, doutor José Gregori, pela feliz iniciativa com a assinatura da Portaria, tornando mais rígida a classificação dos programas de televisão.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao senhor ministro José Gregori.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em todas as épocas e em todos os tempos o Ministério da Justiça, incumbiu-se da defesa da ordem, da integridade e da honra da população brasileira.

Pode-se afirmar ser o ministro da Justiça a alma mater da Nação. Nele se integram o espírito de sacrifício, de heroísmo, de abnegação e renúncia, de ordem e de disciplina.

Uma vontade única é a lei. E aí do país onde isso não acontece. Só um farol lhe indica o caminho: a Constituição e a lei que é o seu prolongamento.

Bem inspirado esteve o doutor José Gregori ao tomar a feliz iniciativa com a assinatura da portaria que tornará mais rígida a classificação dos programas de televisão, pois, ultimamente a programação de certas emissoras de televisão descambaram para o ridículo, inclusive com indução ao sexo, e até programas anunciando “telesexo” e violências, com desvirtuamento de valores éticos e morais para toda a sociedade.

Orgulha-se, portanto, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, em legar aos pósteros este exemplo de virtude do doutor José Gregori, ministro de Estado da Justiça, para que lhe sirva de modelo e estímulo.

#### REQUERIMENTO Nº 1739

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Tribunal de Alçada do Paraná, pela passagem do seu 30º aniversário de instalação.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor juiz presidente, doutor Celso Rotoli de Macedo, para que receba e transmita a todos os membros daquele colendo Tribunal, a homenagem do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Justiça é sem dúvida a pedra angular da sociedade.

De todas as instituições humanas é aquela que mais dignifica o homem e mais o aproxima da perfeição.

Com efeito, que seria de nós se não existisse a Justiça? Que seria da sociedade entregue ao arbítrio do mais forte?

O mundo se transformaria numa arena onde o fraco e o desamparado perderiam o direito à existência, e onde os mais fortes viveriam em luta feroz.

A justiça, porém, para ser eficiente, precisa de sacerdotes. E estes são os juízes.

Quão nobilitante e digno é o sacerdócio. Do juiz dependem o bem-estar e a paz da sociedade.

Esse sacerdócio acarreta, entretanto, uma soma de sacrifícios e de abnegação que só heróis podem abraçá-lo. O juiz tem que pôr constantemente o cérebro acima do coração.

O Judiciário do Paraná tem se constituído em modelo para outras unidades da Federação, o que é motivo de orgulho para todos os paranaenses. Nesse contexto destaca-se o Tribunal de Alçada, que comemorará no próximo dia 28, o seu 30º aniversário de instalação.

É portanto, motivo de júbilo para o Poder Legislativo do Estado do Paraná, associar-se às congratulações que merecidamente são manifestadas a esse conceituado Tribunal.

#### REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Ronald Juarez Moro, pela posse como novo juiz do Tribunal de Alçada do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O magistrado Ronald Juarez Moro foi empossado novo juiz do Tribunal de Alçada do Paraná.

Com vinte e oito anos de magistratura, ele passará a integrar a 5ª Câmara Cível, na vaga do magistrado Jair Ramos Braga, promovido ao cargo de desembargador.

Natural de Curitiba, Ronald Moro formou-se em Jornalismo pela Faculdade de Filosofia Católica e em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Foi professor na Escola de Magistratura e assessor jurídico do Tribunal de Justiça do Paraná. Ingressou na magistratura em dezembro de 1972, em 2º lugar, passando pelas comarcas de Tibagi, Cambará, Campo Mourão, Castro, Ponta Grossa e Curitiba.

Pela merecida posse, receba o doutor Ronald Juarez Moro (Tribunal de Alçada do Paraná), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à Casa Schier, pela comemoração de seus 70 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A história da família Schier no Paraná iniciou quando Levino Schier estabeleceu-se no bairro chamado “Portão”, em nossa Capital. Muito jovem, já aos 22 anos, Levino Schier fundava a Casa Schier. Data de 1930 o acordo com o primeiro documento escrito da Casa Schier - o livro de registro de vendas à vista, preenchido de próprio punho por seu fundador. A Casa Schier era inicialmente uma selaria, onde se comercializavam arreios, selas e outros artigos de montaria e tração animal fabricados em couro, além dos tamancos em cepa de madeira, chinelões, botas e botinas produzidos especialmente para serviço pesado.

Ali no bairro do Portão, que servia como ponto de pousada para os mercadores de erva-mate que vinham da Lapa e que tinham comércio com outras famílias, começou a empresa - uma loja de calçados e artigos para animais.

O registro da Junta Comercial data de 1939 e figuram como sócios da L. Schier & Cia., Levino Schier, Manoel Schier e Feliciano Schier. Em 1945, Manoel Schier retira-se da sociedade e funda a Fábrica de Calçados Nercy. Em 1947, Feliciano Schier retira-se da sociedade e funda a Casa Tito.

De lá para cá, a Casa Schier cresceu muito. A loja é bastante conhecida e é uma das mais tradicionais da

Capital - poucas são as famílias curitibanas que não são ou que não foram clientes do “Schier” do Portão. Mantendo a arquitetura original da loja, ela foi tombada pelo Patrimônio Histórico de Curitiba, e restaurada em 1984, em decisão tomada pela própria família.

A Casa Schier Calçados tem uma filial no bairro Pinheirinho e sua matriz no mesmo endereço onde começou em 1930. Atualmente com 60 funcionários e 120 fornecedores, a empresa oferece produtos de qualidade aos seus clientes.

Hoje, o senhor Levino Schier tem 92 anos. Casado com dona Santa, esposa e companheira que caminhou ao seu lado todos esses anos, tiveram 5 filhos, com os quais conta na administração da empresa.

Pela comemoração de seus gloriosos 70 anos de fundação, receba a Casa Schier, através de seu proprietário fundador, senhor Levino Schier (Av. República Argentina, nº 4025 - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações ao escritor Gilberto Namur e ao jornalista Abdo Aref Kudri, pelo lançamento do livro “Abdo Aref Kudri - 50 Anos de Jornalismo”.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Foi lançado na semana passada em Curitiba, o livro “Abdo Aref Kudri - 50 Anos de Jornalismo”. A obra é uma biografia do proprietário do Jornal Diário Popular e atual Presidente do Sindejor (Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná), foi escrita por Gilberto Namur. Toda a arrecadação com a venda da obra será revertida para instituições de caridade.

Gilberto Namur passou 2 anos efetuando pesquisas para escrever o livro e teve trabalho para convencer Abdo Kudri a autorizar a biografia, já que o jornalista dizia que já tinha recebido diversas homenagens. Mas, enfim, aceitou a idéia, porque a sua história - de garoto de origem humilde que chegou a dono de jornal - pode servir de estímulo a pessoas que querem de certa forma vencer na vida.

A biografia é dividida em duas partes. A primeira é um resumo da trajetória do personagem (que veio de Paranaguá, teve uma infância pobre, vendia jornal na estação e acabou se tornando o expoente que é hoje) e a segunda parte apresenta depoimentos de personagens que acompanham a carreira desde o início.

Pela merecida homenagem, receba o jornalista Abdo Aref Kudri e o escritor Gilberto Namur (Jornal Diário Popular - Rua XV de Novembro, 1190 - Curitiba),

os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos novos conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público do Paraná, pela posse.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Escolhidos em eleição direta por 504 promotores e procuradores públicos, tomaram posse no Conselho Superior do Ministério Público do Paraná, sete novos conselheiros, todos com mandato de um ano.

Os novos conselheiros empossados são: Luiz Eduardo Roncaglio, Newton Riquelme de Macedo, Dartagnan Abilhoa, Munir Gazal, Paulo Pacheco, Paulo Rocha e Antonio Cioffi de Moura.

O Conselho possui nove membros, sendo dois fixos. O procurador geral e o corregedor do Ministério Público, cargos hoje ocupados respectivamente por Marco Antonio Teixeira e Hélio Lewin.

Pela posse, recebam os sete novos conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público do Paraná (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1733

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, a restauração urgente da PR 463 trecho entre os municípios de Nova Esperança a Colorado.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

Devido às fortes chuvas que caíram nos últimos dias, a estrada está praticamente destruída, com vários buracos e intransitável. Causando não só prejuízo aos que passam por ali e vêem seus carros danificados, como também risco de vida, já que quando se desvia de um buraco pode ocorrer um choque frontal com outro veículo.

#### REQUERIMENTO Nº 1734

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, a restauração urgente da PR 485 entre os municípios de Xambrê e Icaraíma.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

Devido às fortes chuvas que caíram nos últimos dias, a estrada está praticamente destruída, com vários buracos e intransitável. Causando não só prejuízos aos que passam por ali e vêem seus carros danificados, como também risco de vida, já que quando se desvia de um buraco pode ocorrer um choque frontal com outro veículo.

#### REQUERIMENTO Nº 1735

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, a restauração urgente da PR 082 entre os municípios de Engenheiro Beltrão e Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

Devido às fortes chuvas que caíram nos últimos dias, a estrada está praticamente destruída, com vários buracos e intransitável. Causando não só prejuízos aos que passam por ali e vêem seus carros danificados, como também risco de vida, já que quando se desvia de um buraco pode ocorrer um choque frontal com outro veículo.

#### REQUERIMENTO Nº 1736

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, a restauração urgente da PR-486, trecho entre os municípios de Umuarama e Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

Devido às fortes chuvas que caíram nos últimos dias, a estrada está praticamente destruída, com vários buracos e intransitável. Causando não só prejuízos aos que passam por ali e vêem seus carros danificados, como também risco de vida, já que quando se desvia de um buraco pode ocorrer um choque frontal com outro veículo.

#### REQUERIMENTO Nº 1737

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, a restauração urgente da PR 182 entre os municípios de Umuarama e Ivaté.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

Devido às fortes chuvas que caíram nos últimos dias, a estrada está praticamente destruída, com vários buracos e intransitável. Causando não só prejuízos aos que passam por ali e vêem seus carros danificados, como também risco de vida, já que quando se desvia de um

buraco pode ocorrer um choque frontal com outro veículo.

#### REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, que encaminhe proposição ao senhor chefe do Poder Executivo para que, com a maior brevidade, informe a esta Casa quanto aos imóveis patrimoniais do Estado situados no município de Piraquara, especificando localização, metragens e usos.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A solicitação em tela se justifica pela necessidade de dar-se ao município de Piraquara uma compensação pelo uso extraordinário, por parte do Estado, de grandes extensões de terra. Como por exemplo citamos áreas usadas, para o Sistema Penitenciário com mais de 600 alqueires, Hospital São Roque com mais de 50 alqueires, Sanepar centenas de alqueires. E ainda, o impedimento de uso pelo município da quase totalidade de sua área, porque consideradas de preservação em razão dos mananciais.

Não bastasse o uso exagerado de áreas do município de Piraquara pelo Estado, e o onus social que acarreta a esse, recentemente foi anunciado pelo senhor governador a construção de mais três penitenciárias dentro do mesmo município.

Ao conhecimento real das áreas ocupadas pelo Estado dentro do município de Piraquara, servirão de subsídio para apresentação de projeto de lei visando dar ao mesmo uma contrapartida pelo muito que lhe é exigido dar ao Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1754

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria do Estado de Educação, solicitando a construção de um Colégio Estadual, no Bairro Belo Horizonte, no município de Medianeira. Este colégio atenderá, em média, quatrocentos alunos, da 5ª à 8ª série do 1º Grau. Por falta da referida escola, os alunos da rede estadual estão frequentando escolas cedidas pelo município, utilizando o transporte escolar, onerando, deste modo, os cofres municipais.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) CHICO NOROESTE

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 302/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pagamento por horas extras e adicional noturno,

exclusivamente aos membros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 2º - O valor de que trata o artigo anterior, no que se refere a serviço extraordinário, é o resultado do valor/hora normal de trabalho acrescido de 50% (cinquenta por cento) e multiplicado pelo número de horas extraordinárias.

§ 1º - Horas extraordinárias são aquelas que excedem a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º - A prestação do serviço extraordinário não está sujeita a limitação de carga horária semanal, não podendo ultrapassar 40 (quarenta) horas mensais.

Art. 3º - O valor da indenização de que trata o artigo 1º desta lei, no que se refere ao adicional noturno, corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do valor/hora de trabalho, multiplicado pelo número de horas noturnas.

§ 1º - Considera-se hora noturna aquela compreendida no período entre 22 (vinte e duas) horas e 06 (seis) horas do dia seguinte.

§ 2º - A hora noturna é considerada de 52 minutos.

§ 3º - O trabalho noturno não está sujeito a limitação de carga horária.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a conceder pagamento por horas-extras e adicional noturno aos membros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Poder Executivo de Santa Catarina, através de Lei Complementar nº 137, de 22 de junho de 1995, concede aos membros da Polícia Militar, pagamento por horas-extras e adicional noturno, conferindo aos mesmos a devida remuneração em relação ao trabalho realizado.

Conforme é do conhecimento dos nobres Pares, a Polícia Militar tem demonstrado insatisfação com a política salarial que lhes é fornecida, estando grande parte dos policiais em estado de alerta. Desta forma, acreditamos que com o presente projeto de lei, estamos contribuindo naquilo que lhes é devido, mesmo porque cabe ao Executivo a devida alteração, estamos amenizando algumas perdas, atribuindo-lhes o pagamento de horas-extras e adicional noturno.

Contamos com o apoio dos demais membros da Assembléia Legislativa, para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 303/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao município de Sengés, o imóvel situado à Avenida Hermínia Rolim Lupion, s/nº, lotes 01 e 02, no Parque Indus-



trial do município, de propriedade do Estado do Paraná conforme consta na Transcrição de nº 1605. Livro R-2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés, com área de 32.340,00m<sup>2</sup> e benfeitorias.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º desta lei, será utilizado pela prefeitura municipal de Sengés, com a finalidade de implementar Programa Municipal de Industrialização, mediante parceria com a iniciativa privada, e a cessão vigorará até 31 de dezembro de 2004, podendo ser prorrogada a cada 04 (quatro) anos, a consenso das partes.

§ 1º - O referido imóvel não poderá ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão.

§ 2º - O município ficará responsável pela guarda, proteção e restauração do imóvel, bem como, pelas despesas e medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, abstendo-se do direito de ressarcimentos futuros relativos a benfeitorias produzidas no local.

§ 3º - A cessão de que trata esta lei, ficará condicionada a que a cessionária utilize o referido imóvel para atividades geradoras de emprego, devendo esta cumprir integralmente as condições elencadas neste artigo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(aa) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Edno Guimarães, Antonio Baratter, Ademar Traiano e Antonio Carlos Belinati.

PROJETO DE LEI Nº 304/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Para fins ecológicos e turísticos, fica instituído o Berço das Águas do Iguaçu, com sede no município de Piraquara.

Art. 2º - Nos eventos ecológicos e turísticos de qualquer natureza, realizados no município de Piraquara, deverão usar como referência a expressão "Piraquara - Berço das Águas do Iguaçu".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Dentro da Região Metropolitana de Curitiba, o município de Piraquara ocupa uma situação diferenciada dos demais municípios em razão de seu território abrigar

a Serra do Mar (Floresta Atlântica) e os mananciais de abastecimento de água da própria região metropolitana.

A preocupação com o meio ambiente é hoje reconhecida mundialmente. Nesse contexto a proteção dos recursos hídricos ocupa lugar de destaque, "visto que seu volume é finito e sua disponibilidade para abastecimento público de água diminui na proporção do crescimento populacional, de um lado, e do aumento da poluição, de outro."

O município de Piraquara possui 90% de seu território integrando mananciais de abastecimento de Curitiba e os outros 10% integrando unidades de conservação.

A Bacia do Iguaçu, formada por diversos rios, como o Piraquara, Iraizinho, Irai, Palmital, Itaqui e Pequeno, tem suas nascentes no município de Piraquara. Ali é o seu berço. Ali nasce essa bacia hidrográfica, que após percorrer todo o território do Paraná, forma, num espetáculo extraordinário e formidável, as Cataratas do Iguaçu. Daí seguindo para os países vizinhos.

A beleza impar das Cataratas do Iguaçu são cantadas e contadas internacionalmente. Todavia, o berço dessa maravilha é completamente esquecido e até pode-se afirmar, abandonado. Assim como poucos são os que sabem que a Bacia do Iguaçu nasce no município de Piraquara e, em consequência, a preservação das suas nascentes é ignorada pela maioria das autoridades responsáveis pelo meio ambiente, acarretando dificuldades para as autoridades municipais, sozinhas, arcarem com o ônus da preservação.

Chamar a atenção, do Paraná e do Brasil, para fins ecológicos e turísticos, instituindo o município de Piraquara como berço dos mananciais do Iguaçu, é lembrar a sua condição de mãe do Iguaçu. E é de justiça e de necessidade premente para que possam as nascentes receberem o tratamento que merecem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Acredito que esta véspera eleitoral faz com que realmente os senhores parlamentares e nós todos, tenhamos um excesso pelo qual as palavras às vezes não são bem entendidas. Compreendemos, senhor presidente, a sua atitude e entendemos também o que o líder do Governo quis fazer. O nobre deputado Rossoni pediu a verificação de votação e Vossa Excelência, constatando que existia um número legal dos senhores deputados - dezoito - fez com que fosse dado o andamento da sessão e me concedesse a palavra, mas entendemos que o deputado Rossoni também no seu direito, queria a presença de 18 parlamentares para iniciar a sessão.

Portanto, acredito e tenho a certeza, que o bom andamento da Casa continua presente como sempre esteve.

Mas o que eu queria, senhor presidente, senhores deputados, era trazer ao conhecimento desta Casa, aquilo que nós, mais perto, em Ponta Grossa, e na região dos Campos Gerais, testemunhamos através de uma das igrejas - que não é minha, é uma igreja evangélica, que faz um trabalho social que merece ser destacado nesta Casa.

E quando temos entre nós, um colega nosso que pertence a essa igreja, inclusive é pastor desta igreja, que é o Pastor Edson Praczyk, queria de público, testemunhar o trabalho social que a Igreja Universal faz em Ponta Grossa, através do seu grupo de jovens, onde eles, para aferirem recursos, fazem com que um jornal seja vendido nos pontos de ônibus, nas reuniões públicas, nos sinaleiros, enfim, onde esta juventude da Igreja Universal arrecada os fundos para que aquele serviço idealizado através desta igreja seja ele concretizado. E testemunhamos, senhor presidente, nas andanças que estamos fazendo nesta época pré-eleitoral, que pessoas não imbuídas através de votos, pessoas que não têm outro senão a não ser amparar o seu irmão, fazem parte daquela “igreja-juventude”, e eles emprestam os seus dias de lazer pelos dias de trabalho em favor dos menos favorecidos.

Encontramos em algumas favelas da cidade, pessoas da Igreja Universal dando amparo em termos de assistência social, em termos de meios materiais disponíveis e no alcance deles, dando uma amostra que se todos nós uníssemos nesses objetivos, teríamos dias melhores para toda comunidade.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, estarei entrando com um voto de congratulações em agradecimento àqueles menos favorecidos que tem assistência desses irmãos evangélicos.

Era isso, senhor presidente.

Obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente e senhores deputados.

Na última sexta-feira, este parlamentar esteve no Palácio Iguaçu representando esta Casa, por ocasião do lançamento de alguns projetos na área de segurança pública no Estado do Paraná, quando o senhor governador do Estado baixou o pacote de medidas na área de segurança pública. Este pacote de medidas, tenho certeza, se não na sua totalidade porque tenho algumas restrições em alguns itens, pelo menos na sua maioria, evidentemente, vem de encontro ao anseios da população curitibana, da região metropolitana e de todo o Estado do Paraná.

Quero fazer aqui um relato das medidas que o governador anunciou na última sexta-feira.

## As Novas Medidas do Sistema

### Mais Policiais

Nomeação, na sexta-feira, de 895 novos policiais. Eles foram aprovados em concurso público e no Curso de Formação e Treinamento na Escola de Polícia Civil.

### Mais Delegados

Na Polícia Civil, será aberto concurso, com 45 vagas, para delegados de carreira. Com isso, a Polícia Civil vai ganhar mais poder de investigação, com estrutura de pessoal reforçada.

### Contratação de 750 Policiais Militares

O edital para abertura de concurso será publicado na próxima segunda-feira (18). Os novos policiais serão treinados na Academia Militar do Guatupê e estarão trabalhando nas ruas já em janeiro próximo.

### Conclusão da Penitenciária de Piraquara

A unidade de segurança máxima do complexo penitenciário de Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba) será entregue ainda no primeiro semestre do ano que vem. Mais de 70% das obras estão concluídas. O edital para conclusão das obras será publicado nesta segunda-feira (18). Serão mais 600 novas vagas.

### Cadeia Pública de Londrina

A entrega da cadeia Pública de Londrina está prevista para dezembro deste ano, com 320 vagas.

### Penitenciária Industrial

A Penitenciária Industrial de Cascavel, com 240 vagas, será entregue em dezembro deste ano. No ano que vem, será entregue a Penitenciária Industrial de Maringá, com 300 vagas.

### Construção da Cadeia Pública de Curitiba

As obras começam no início do próximo ano. A Cadeia, com 600 vagas, vai abrigar todos os presos que estão nos distritos policiais do município. A cadeia será construída em área que está sendo definida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), distante de áreas residenciais e comerciais, garantindo o isolamento necessário para segurança dos presos e da população.

### Construção da Cadeia Pública de Foz

A Cadeia Pública de Foz do Iguaçu terá 400 vagas o que vai permitir transferir para a nova unidade os presos que estão nos distritos policiais da cidade.

Uma luta que este Parlamentar desenvolveu antes mesmo de virar vereador de Curitiba, pelos idos de 1968/70 nós já cobrávamos pelos veículos de comunicação a desativação da prisão provisória de Curitiba.

Como vereador de Curitiba fizemos vários requerimentos, iniciativas e sugestões, aos prefeitos da época e também aos governadores da época.

### **Desativação do Ahu**

Construção de três novos presídios no Complexo Penal de Piraquara, para desativação da Prisão Provisória de Curitiba (Presídio do Ahu). Juntas, as três unidades terão 1.400 vagas. O edital de licitação será publicado na próxima segunda-feira, abrindo à iniciativa privada a possibilidade de novos empreendimentos em troca da construção dos três presídios que terão que ser construídos dentro de conceitos modernos e já equipados. O Presídio do Ahu, construído no início do século, está num terreno de 70 mil metros quadrados e 12 mil metros quadrados de área construída. O prédio é avaliado em R\$17 milhões e é com base nesse valor que a iniciativa privada terá de construir os novos presídios.

### **Modernização da Polícia Civil**

Mais de R\$3 milhões serão investidos para informatizar a Polícia Civil que estará integrada em rede com todo o Estado e com as unidades da Polícia Militar. O projeto prevê, num segundo momento, a colocação de equipamentos de informática em todas as viaturas e a possibilidade de o cidadão registrar sua queixa via internet.

### **Novo 190**

O atendimento ao cidadão também será integrado. O telefone 190 passará a atender todas as ocorrências dirigidas hoje à Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Siate e Polícia Civil. O processo será ampliado com a integração, no mesmo número do serviço social de Curitiba.

### **Laboratório de Genética Molecular**

A iniciativa é uma parcela das secretarias da Segurança Pública e da Criança e Assuntos da Família, já aprovada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Com o laboratório pessoas de baixa renda poderão fazer gratuitamente exames de DNA para comprovação de paternidade. O laboratório também vai ajudar na elucidação de crimes, realizando exames para identificação de criminosos.

### **Integração Policial**

Inédito no País, o Projeto de Integração Operacional e Responsabilidade de Área, já está sendo implantado em Curitiba e será, posteriormente, ampliado para todo o Estado. O projeto une no mesmo espaço físico, efetivo e equipamentos das polícias Civil e Militar. Já estão funcionando núcleos integrados em quatro distritos de Curitiba, Passeio Público, Parque dos Tropeiros, Praça Plínio Tourinho e Praça do Atlético. Estão projetados outros nove núcleos em Curitiba.”

Este pacote todo anunciado pelo Governo me cau-  
sas, apenas, duas preocupações. A primeira delas quando fala na construção da cadeia pública de Curitiba. Tenho cobrado bastante isso das autoridades da área da segurança e da Secretaria de Justiça, que nós não podemos mais conviver com distritos policiais superlotados. Com distritos policiais servindo para um amontoado de presos o mesmo que acontece nas cadeias públicas do nosso Estado. Porém, tenho dito também, de que nada adianta querer transformar um distrito policial num cadeiaão. A exemplo do que temos em São Paulo e volta e meia a imprensa registra: as fugas, os motins que ali acontecem. Agora, fala-se na Cadeia Pública de Curitiba. Ora, a capital do Estrado do Paraná está dentro de um território menor do que muitos outros municípios da região metropolitana: Campo Largo, Araucária, São José dos Pinhais têm mais território do que Curitiba. O território de Curitiba já está totalmente tomado, não tem mais espaço e nem teria um local apropriado para se construir uma cadeia pública, para aproximadamente, 300 presos. Não temos esta condição.

Tenho sugerido e só não fui ainda a Porto Alegre ver, de perto, a polícia penitenciária gaúcha que parece-me que é um exemplo para o Brasil, quando adota as cadeias metropolitanas, o que provoca a descentralização dos grandes presídios. Então, faço um reparo nesta questão, vou ainda fazer um contato com o pessoal do Ippuc para saber que tipo de estudos está se fazendo, onde está se fazendo esse estudo em Curitiba para se construir uma cadeia pública para 300 presos.

Não vejo espaço na capital do Estado do Paraná, que seja um espaço onde tenhamos residências, onde não tenhamos o comércio. Vai ser muito difícil encontrar esse espaço na capital do Estado, pelo menos ao que conheço de Curitiba, e olhem que conheço bem a minha cidade.

Outro item que faço reparo é com relação à desativação da Prisão Providência de Curitiba. Os governos anteriores abriram edital de licitação para desativá-la. Infelizmente não apareceram os empreendedores e não tivemos ainda a desativação. Vamos torcer para que aconteça, só que faço o seguinte reparo: se estamos desativando a Prisão Provisória de Curitiba não tem sentido criar outra prisão dentro de Curitiba, porque não tem espaço para isso. Agora, desativar a Prisão é uma luta de anos e anos que venho fazendo já antes de ser vereador e deputado estadual e vice-prefeito de Curitiba.

Há um estudo no sentido e Deus queira que dê certo. Agora, por outro lado, construir mais três penitenciárias no município de Piraquara é sacrificar mais ainda aquela população que não tem condições de suportar mais três penitenciárias, porque não é o fato de construir mais três, é o fato do que vem atrás das três penitenciárias. Se fizerem três penitenciárias, o cálculo é para mais 1400 presos e isso vai provocar o êxodo rural das famílias dos presos para Piraquara, com acontece hoje no Jardim Santa Mônica e tantos outros bairros periféricos de Piraquara e da Penitenciária Central do Estado. O que

isso vai provocar? Problema social no município, desemprego e uma série de problemas, segurança pública, que vai levar o prefeito da cidade a ter enorme dificuldade.

São dois itens que eu faço reparos no “pacote” de medidas que o governo anunciou: a construção de uma cadeia pública em Curitiba (que eu, honestamente não vejo onde teríamos espaço para construir uma cadeia pública em Curitiba) e a construção de mais três penitenciárias dentro do núcleo em Piraquara. O município sofre com isso, não pode ter indústrias poluitivas porque tem os mananciais e nesse sentido vou apresentar à Mesa um requerimento, antecipando um projeto de minha autoria que estou preparando, de compensação para o município de Piraquara. O Jornal “Gazeta do Povo” de hoje, traz em boa hora e sabe o prefeito atual, Gil Lourusso e seus Secretários que já citei essa preocupação com relação à Piraquara.

Se Piraquara recebe os royalties ecológicos hoje, que é uma medida do deputado Beraldin, não é suficiente para a demanda social que tem o município. É necessário fazer uma compensação à Piraquara de uma espécie de royalties social e é esta proposta que eu vou apresentar nos próximos dias nesta Casa, um projeto de lei no sentido de que Piraquara seja compensada. Se não pode ter indústrias poluitivas, porque tem os mananciais, lá em três indústrias enfrentando uma situação difícil com os ecologistas.

Se tem todo um espaço ocupado por ordem do governo do Estado e vou mostrar aqui quantos órgãos do Estado estão implantados dentro do município de Piraquara, se traz junto com a Penitenciária, com o preso que vem do interior para prestar as suas contas à Justiça em Piraquara, traz a família e aí provoca o problema social, a criminalidade, a prostituição, a violência, não é possível que com mais 1.400 presos, fora os outros 600 que vão ocupar o outro pavilhão já em construção.

Vossa Excelência, deputado Neivo Beraldin, que trabalha no município, sabe que o que estou falando aqui é a realidade do município. O município com um grande território, ocupado por muitos órgãos do governo do Estado e que não recebe nenhuma preocupação.

Estou desde o mês passado trabalhando em cima dessa matéria, preparando este projeto de lei para trazer a esta Casa, quase que nos moldes dos royalties ecológicos.

Quero criar um bônus social, um royalties social e aliás o governador Jaime Lerner quando esteve no encontro de governadores com o senhor Fernando Henrique, no Rio, falou muito no bônus social. Quem sabe Piraquara possa ser o primeiro município a ser atendido pelo bônus social para compensar aquela infra-estrutura que o prefeito tem que dar para sua cidade, para esse povo que veio do interior para ficar perto do pai de família que está cumprindo pena ou da mãe que está cumprindo pena ou do pai que está também encarcerado.

Então, esta é uma preocupação que temos, e, em boa hora, o Jornal “Gazeta do Povo”, na edição de hoje

fala que: “Piraquara quer compensação por ser sede de novos presídios”. Tem que ter.

Se temos duas problemáticas que são os mananciais e o município não pode ter indústrias. Se há um sistema penitenciário o manicômio judiciário, o educandário São Francisco, o hospital psiquiátrico, tudo isso lá dentro, e não pode ocupar esta área que poderia servir até para gerar novos empregos, é necessário que haja, evidentemente, uma compensação.

Concedo aparte no Horário do PTB, ao deputado Neivo Beraldin.

### **O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Algaci Tulio, é uma satisfação apartear-lo para discutir os problemas da região metropolitana.

Vossa Excelência sabe que não podemos pensar numa Curitiba grande sem pensarmos na grande Curitiba, até porque, se olharmos de cima, aqui é uma cidade só. Os problemas são comuns na área do transporte coletivo, do emprego, da habitação, da saúde e temos que buscar alternativas para a região metropolitana até porque cada um real de investimento que tem um município metropolitano, Curitiba tem dez, no mínimo. E, temos que socializar as obras de Curitiba que representam 57% do orçamento do Estado.

Então, teríamos que estender uma mão para a região metropolitana e penso que deveríamos aproximar o IPUC da COMEC para que ele possa auxiliá-la e ela possa servir na elaboração do projeto de infra-estrutura e desenvolvimento regional da região metropolitana.

Vossa Excelência discute agora a questão de Piraquara e eu, há oito anos atrás, apresentei a Lei do ICMS Ecológico que já rendeu à Piraquara 28 milhões de reais. Já rendeu à Região Metropolitana mais de cem milhões de reais e 99% dos municípios da região são beneficiados pela Lei do ICMS. Então, a alternativa, eu encontrei. Uma das alternativas.

Agora, o governador foi na ONU e falou do Bônus Verde, que me pareceu uma idéia mais ou menos similar à Lei do ICMS Ecológico.

Então, Piraquara recebe 300 mil reais por mês. O atual prefeito, quando entregar a Prefeitura, terá recebido 14 milhões de reais a fundo perdido, como compensação por ter no seu município de preservação ambiental por lei federal, estadual e municipal. São dez mil reais por dia. E, quando votamos a divisão de Pinhais e Piraquara nós deixamos Piraquara com uma dívida e deixamos Pinhais, um município novo, zerado, sem dívida, e com a área industrial toda. E, deveríamos ter, naquela época, pensado nesta situação.

Na região metropolitana, em 1974, tínhamos 12 prefeituras e hoje temos 25. E, quando o João Guilherme foi Prefeito de Piraquara e eu o auxiliava junto ao governo do Estado, o governo levou mais de 30 obras e neste mandato não vi muitas obras da Prefeitura e do governo.

Mas, Vossa Excelência discute a questão da penitenciária e sua compensação eu acho que tem que ter. Nós temos que estender a mão a região metropolitana.

Entra neste contexto Colombo também e Vossa Excelência sabe a situação da Vila Zumbi (?), a situação de outros bairros na questão do Rio Palmital, do Rio Atuba, são obras que precisamos recuperar, recuperar os rios da nossa região metropolitana, aquela região que entra em Piraquara, à esquerda, que à direita é Guaraituba, ali também, não se a Comec não tem conseguido, com o Prosan, recolocar a situação. Talvez criar um incentivo fiscal para que as empresas não poluentes que fossem se instalar lá tivessem uma isenção fiscal de 10 ou 15 anos, para que possamos levar emprego mais perto daquela população trabalhadora porque um dos problemas sérios da região, também, é o emprego. Todo mundo depende do ônibus. E o ônibus fica super-lotado, porque o cidadão que mora em Piraquara e tem que vir trabalhar na cidade industrial. Então, nós temos que criar, em Piraquara, um incentivo fiscal para aquelas empresas não poluentes, para gerar empregos para aquela região. Talvez criar um novo plano diretor e pode-se discutir isso com a Comec, com a Prefeitura, com o IPPUC, criar um novo zoneamento industrial não poluente, com as chamadas empresas “limpas” para aumentar o emprego e a geração de impostos para aquela população. O fato é que temos que pensar e repensar todo dia a região metropolitana.

Muito obrigado e meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

#### O SR. ALGACI TULIO

Tem razão Vossa Excelência e esta é a nossa preocupação, deputados aqui de Curitiba e da região metropolitana, Vossa Excelência, deputado Luiz Carlos Martins, Ricardo Chab, Carlos Simões, Nelson Justus, que trabalhamos mais aqui na região metropolitana, deputado Marcos Isfer, temos esta preocupação. E é necessário discutir a questão da região metropolitana.

Apenas discordo de Vossa Excelência quando fala que o governo do Estado não levou incentivos para obras para Piraquara. Levou sim. Lá estão as obras implantadas, na cidade de Piraquara, através do Paraná Urbano, lá estão três grandes empresas que já estão instaladas, se não na sua totalidade, mas já gerando alguns empregos para a região. Agora, é preciso repensar tudo isso aí. Porque o projeto de Vossa Excelência, com os royalties ecológicos, trouxe sem dúvida alguma um grande benefício. E que lamentavelmente a maioria dos municípios não reverte estes bônus ecológicos, na aplicação do meio ambiente, que era exatamente para isso, na relocação de pessoas que estão ocupando moradias irregulares em áreas de mananciais. Tinha que reverter para isso. Isto não está acontecendo.

Mas, tenho certeza que vamos regulamentar isso com a Lei de Recursos Hídricos, que votamos aqui nesta

Casa e que vai criar os comitês, em cada região. Temos, aqui, no Alto Iguaçu, que é a região que mais vai abranger, Piraquara e toda esta região. Certamente, o que se arrecadar com Copel, com Sanepar, com grandes indústrias da Cidade Industrial de Curitiba, da Cidade Industrial de Araucária e aqui mesmo região de Quatro Barras, Piraquara e São José dos Pinhais, tudo isso vai formar um grande bolo, que vai reverter em benefício desta questão do meio ambiente. Tenho certeza de que isto vai ser o gerador do grande momento que vamos viver, aliado ao ParanaSan, que já está em aplicação, em funcionamento, atendendo também estas áreas de mananciais.

Tem toda razão Vossa Excelência e tenho certeza de que ficaremos aqui a tarde toda discutindo a problemática da região metropolitana. Os rios, já praticamente mortos que temos aí na região metropolitana, toda esta problemática do meio ambiente, tudo isto tem que ser estudado, analisado e discutido. Acho que esta Casa não perde a oportunidade quando eu ou Vossa Excelência, deputado Strapasson também, que é ex-prefeito da região metropolitana, vêm aqui e ocupa a tribuna e discute o problema da região metropolitana. Temos esta obrigação. Somos cobrados para isso. Há um inchaço extraordinário na região metropolitana até certo ponto desordenado, que se a coisa continuar nesta velocidade nós não saberemos aonde chegar. E como vamos, depois que a situação já estiver comprometida, como vamos encontrar solução para isso! É para isso que é preciso estudar tudo isto, debater esta questão da região metropolitana, porque a integração já existe com Curitiba, capital do Estado e sou testemunha disso quando vice-prefeito, na ocasião o prefeito era o atual governador Jaime Lerner.

O prefeito Rafael Greca também estendeu essa integração e agora mais do que nunca ainda o prefeito Cássio Taniguchi tem sido um grande incentivador desta integração. Se faz tarde esta integração? Claro que se faz. Deixou a situação chegar a um ponto que está difícil encontrar todos os caminhos e todos os meios para poder melhorar a situação. Mas não tenho a menor dúvida que a industrialização que está aí, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais, Araucária, vai, sem dúvida alguma, e com a complementação do anel de integração, do contorno que temos aí, tenho certeza que teremos dias melhores para a nossa região metropolitana. Agora, que é um desafio é. Que é um desafio para os governantes que estão aí é e que é um desafio para nós classe política encontrar mecanismos e soluções também não resta a menor dúvida.

#### O Sr. Beraldin

Vossa Excelência me permite um novo aparte?  
(Assentimento)

Vejo ali e Vossa Excelência falou do contorno leste um dos assuntos que deveríamos falar com a Comec, DNER, para que faça um contorno ali no acesso a Piraquara porque aquela população vai ficar isolada do

contorno leste. Então, foi pensando nisto que acho que tínhamos que fazer uma gestão, deputados, um grupo de deputados metropolitanos, poderíamos ir ao DNER para que ele faça efetivamente aquele acesso do contorno leste para atender aquela população ali do Guaraituba, do Santa Maria, da Vila Macedo, de Piraquara, para que eles possam ter acesso ao contorno que não está sendo feita esta obras. Deveríamos interferir em conjunto para ajudar e Vossa Excelência falava do ICMS ecológico, Vossa Excelência sabe que os municípios têm autonomia municipal garantida na Constituição. Então, a Assembleia não pode legislar e carimbar recursos para o município. O ICMS ecológico é uma compensação por área que estão sendo preservadas por lei federal, estadual e municipal, mas cabe ao prefeito discutir o orçamento municipal a aplicação desses recursos. Como Piraquara é o município mais beneficiado na lei do ICMS ele merece destaque porque são trezentos mil reais por mês.

Então, temos que discutir não só agora no mandato deste prefeito, mas no próximo também a aplicação desses recursos no sentido de melhorar a qualidade de vida, de relocar famílias que estão vivendo em áreas que têm prejuízo para a saúde porque o manancial freático é poluído já uns 20, 30 centímetros da terra, e então nós estamos aceitando dois problemas - primeiro a invasão que tem um problema que prejudica a água, a qualidade da água para a nossa região metropolitana e tem também o lado da saúde pública que nós estamos olhando, vendo as pessoas residindo em lugar que é prejudicial para os filhos da família, para a saúde do cidadão morando num lugar inadequado.

Então, são estas as questões e são muitas outras que nós poderíamos discutir aqui. Muito obrigado pelo aparte novamente.

#### O SR. ALGACI TÚLIO

Quero contar com Vossa Excelência na contribuição de melhoria do projeto que devo apresentar nos próximos dias que é esta espécie de bônus social. Há que haver uma compensação? Há sim, porque não existe no Paraná, nos 399 municípios, município mais prejudicado, mas sofrido do que o município de Piraquara. Vossa Excelência sabe, o deputado Nelson Justus sabe, em função do uso de áreas do governo do Estado para penitenciárias, para cadeias públicas, para manicômio judiciário, para hospital psiquiátrico, enfim, para toda esta espécie de coisa que até diria - que é quase que tudo de coisa ruim vai para Piraquara. o que vem de bom para o município? Daí a minha proposta também de não concordar muito com a cadeia pública de Curitiba, porque deputado Marcos Isfer, Vossa Excelência que pretende um dia assumir a Prefeitura de Curitiba, é bom se preocupar com isto - não existe mais território em Curitiba para se fazer uma cadeia isolada da população.

Não existe, não tem - nem no Bairro Novo, na divisa com o Umbará não tem mais espaço, bem no Tatuquara, divisa com a Fazenda Rio Grande tem espaço,

bem no Sabará, divisa com Araucária, muito menos aqui, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, estamos todos ligados com Curitiba - não tem mais espaço. Tem que se pensar nas cadeias metropolitanas, que eu ainda irei depois das eleições.

Senhor presidente, irei a Porto Alegre buscar o exemplo da cadeia pública gaúcha, que são as cadeias metropolitanas.

#### O SR. BERALDIN

Quero perguntar a Vossa Excelência, do projeto que Vossa Excelência vai apresentar, os recursos que serão dos municípios ou do governo?

#### O SR. ALGACI TULIO

O governo repassará recursos para o município, como compensação.

#### O SR. BERALDIN

O governo vai abrir parte do ICMS, que lhe pertence?

#### O SR. ALGACI TULIO

ICMS, qualquer tipo de imposto - terá que ser aberta essa alíquota, um valor "x", não precisa ser só Piraquara. Por exemplo, Guarapuava tem uma cadeia pública, uma penitenciária. Os municípios, que de repente abrimos um espaço, para que eles não se acanhem, em ter a sua penitenciária também, tendo um incentivo, um benefício. E, agora o governo implantando penitenciárias industriais, está aí o caminho, para a gente melhorar toda essa situação.

Acredito que esta Casa tem muito a contribuir, senhor presidente, senhores deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o deputado Divanir Braz Palma.

#### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa diretiva, nobres pares, senhoras e senhores.

Depois de ouvir o meu companheiro Algaci Tulio falar dos problemas da nossa área metropolitana, quero, aqui, compensar um pouco, dizendo de uma notícia boa do nosso querido Estado. No última sábado tivemos a inauguração do Aeroporto Regional de Maringá, agora, dotado de uma superpista de 2.200 metros, podendo receber aviões de grande porte. E, na segunda fase, com condições de ter também aviões de carga. Estavam lá o governador Jaime Lerner, os secretários de Estado Lubomir Ficinski, de Indústria e Comércio Eduardo Siarra, de Transporte Heinz Herwig.

Foi uma manhã muito bonita e alegre, para nós maringaenses, que já ansiávamos por esse aeroporto, há mais de vinte anos. Com certeza, agora, Maringá vai dar

um salto de modernidade, refletindo em toda a nossa Região Noroeste.

Tenho certeza, teremos a oportunidade de receber empresários, investidores e industriais, que poderão ir a Maringá, com facilidade, comodidade, conforto e segurança. Porque essas grandes aeronaves há muito tempo estavam desejando e precisando.

Maringá é uma cidade, 2º pólo de desenvolvimento do estado do Paraná - não tinha esse transporte moderno. Agora, temos e estamos felizes por isso.

O governo do Estado investiu mais de dez milhões de reais lá, através do Paraná Urbano. Mais uma vez, o governo confirma aqui, a sua confiança, o crédito e a sua preocupação com o desenvolvimento do nosso interior do Estado.

Senhor presidente, conversamos lá com o governador Jaime Lerner e uma boa notícia queremos trazer aqui. Nós que, com a participação dos deputados, tivemos a felicidade de aprovar o Refiz Paraná, agora, através de um decreto, o prazo para a adesão a esse programa inspira no dia 29 de setembro próximo e nós conseguimos com o governo Jaime Lerner, a pedido das lideranças dos presidentes das Associações Comerciais: Fiep e Faep, que o governo prorrogue esse prazo. Não temos a data certa, mas, pelo menos, estamos entrando com ofício, para que seja prorrogado por mais 90 dias, ou seja, que vá o prazo para adesão até o dia 31 de dezembro. Assim, os empresários que queiram pagar, quitar as suas dívidas de ICMS, poderão ter esse tempo precioso, para fazer caixa e tentar pagar à vista. Porque para pagamento à vista do ICMS há o desconto dos juros e multas - em certos casos chegam a 70% esse desconto. Vejam senhores, que é interessante para o empresário aderir a esse programa, porque à vista esse desconto é substancial. Se não puderem, podem fazer o parcelamento em até 120 meses, ou seja, dez anos.

Contamos com a compreensão do secretário da Fazenda Giovani Gionédís, que entendendo que a grande adesão ao programa, é preciso que haja um tempo, mais elástico, com certeza vai baixar um novo decreto dando esse prazo para que os empresários possam aderir a este grande programa fazendo com que mais de 50 mil empresas, do Paraná, possam se recompor diante do fisco paranaense salvando mais de 200 mil empregos e poder voltar a uma vida sadia, uma vida tributária normal, podendo desenvolver os seus trabalhos, em todo o Estado do Paraná.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência solicita ao senhor 1º secretário, deputado Hermas Brandão, que proceda a leitura das Mensagens que acaba de receber.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)**  
**(Procede a leitura das mensagens)**

MENSAGEM Nº 022/2000

Curitiba, 13.09.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a

redação do artigo 2º, da Lei nº 12.941 de 05 de setembro de 2000, lei essa que autoriza a cessão do imóvel que especifica, à Organização Mundial da Família.

A nova redação ora proposta, mantém todas as condicionantes estabelecidas pela versão da lei originária, alterando, tão somente, os prazos de vigência de tal cessão e para hipótese de prorrogação, isto considerado necessário, em razão de ponderações feitas pela futura cessionária, de que prazo menor não ensejaria condições ideais para implantação dos projetos pelos quais irão ser desenvolvidas atividades para atendimento de questões relativas à criança e à família.

Certo de a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Nelson Justus

Digníssimo Presidente da

Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital

AJB/CTL/Prot. 4.1227.655-0/99

MENSAGEM Nº 023/2000

Curitiba, 13.09.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação da alteração na composição das fontes dos recursos e alteração no Programa de Obras na programação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

A conversão dar-se-á mediante a mudança da fonte 25 - Venda de Ativos e/ou Devolução de Capital Subscrito para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado no valor de R\$346.200,00 (trezentos e quarenta e seis mil e duzentos reais).

Ainda alteração no Programa de Obras, constante do Anexo V da Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania no valor de R\$2.075.120,00 (dois milhões, setenta e cinco mil, cento e vinte reais).

Os recursos tanto para a conversão e ajuste no Programa de Obras são provenientes de dotações do próprio órgão.

Esclareço também que o ajustamento proposto tem por finalidade atender despesas com o convênio firmado entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, para a conclusão das Penitências de Cascavel e Piraquara.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Nelson Justus  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do  
Estado  
N/CAPITAL  
AJB/CTL/ Prot. nº 4.450.280-8/00

MENSAGEM Nº 024/2000

Curitiba, 13 de setembro de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste orçamentário, e simultaneamente, a alteração na composição das fontes de recursos, no valor de R\$210.000,00 (duzentos e dez mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando a execução de obra, através de Convênio com o Ministério da Educação, não previsto no Orçamento para o ano de 2000.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da própria faculdade.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Nelson Justus  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do  
Estado  
N/CAPITAL  
AJB/CTL/ Prot. nº 4.450.279-8/00

MENSAGEM Nº 025/2000

Curitiba, 13 de setembro de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste orçamentário, criação de obras, troca de fontes e crédito suplementar a programação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)

Esclareço também que o ajuste proposto tem por finalidade a criação e execução de obras não prevista no Orçamento para o ano 2000.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Nelson Justus  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do  
Estado  
N/CAPITAL  
AJB/CTL/ Prot. nº 4.450.280-1/00

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na condição de presidente da Comissão de Justiça estamos convocando os senhores membros e suplentes de membros para uma reunião que faremos realizar, logo após esta Plenária para tratarmos de projetos já distribuídos anteriormente e de mensagens lidas agora pelo senhor secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, atendendo solicitação do presidente da Comissão de Justiça, deputado Basílio Zanusso, esta Presidência ratifica o convite do presidente da CCJ para reunião da Comissão logo após essa sessão.

Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagens nº 022/2000 subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do Art. 2º, da Lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, lei essa que autoriza cessão do imóvel que especifica à Organização Mundial da Família. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 023/2000, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação da alteração na composição das fontes dos recursos e alteração no Programa de Obras na programação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 024/2000, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste orçamentário, e alteração na composição das fontes de recursos no valor de 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), ao vigente orçamento da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando a execução de obras, através de Convênio com o Ministério da Educação, não previsto no Orçamento para o ano de 2000. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 025/2000, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste orçamentário, criação de obras, troca de fontes e crédito suplementar a programação da Faculdade Estad-



ual de Educação, Ciência e Letras de Paranavaí, no valor de 140.000,00 (cento e quarenta mil reais). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

Redação Final - do Projeto de Lei nº 018/95, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório o uso de cinto de segurança nos ônibus que operam nas linhas intermunicipais do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 018/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o cinto de segurança determinado como equipamento obrigatório nos ônibus que operam nas linhas intermunicipais do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Nas quatro primeiras poltronas fica determinado como obrigatório o uso de cinto de segurança de três pontos e o cinto de segurança subabdominal nas demais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.09.2000.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

### ITEM 02

Redação Final - do Projeto de Lei nº 617/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a instituir o município de Maringá como cidade turística ecológica e religiosa-basilica de Nossa Senhora da Glória, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado.**

### ITEM 03

Redação Final - do Projeto de Lei nº 011/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que autoriza o

Poder Executivo a criar a Ciretran no município de Matinhos, neste Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 011/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Matinhos, uma Ciretran - Circunscrição Regional de Trânsito.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.09.2000.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

### ITEM 04

Redação Final - do Projeto de Lei nº 209/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Escola de Educação Especial Nova Esperança, com sede e foro nesta capital. **Aprovado.**

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que proíbe a veiculação através dos periódicos do Paraná de classificados, conforme especifica. (Mensagem ou propaganda de empresas que ofereçam serviços de massagens, saunas, acompanhantes, garotas de programa, de telefones para fins eróticos e outras atividades congêneres). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 105/99

### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente Projeto de Lei, de autoria do deputado Irineu Colombo, visa proibir a veiculação através de periódicos do Paraná de classificados, conforme especifica. (Mensagem ou propaganda de empresas que ofereçam serviços de massagens, saunas, acompanhantes, garotas de programas, de telefones para fins eróticos e outras providências.

#### Fundamentação

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, conclui pela constitucionalidade da presente emenda substitutiva do presente Projeto, podendo, o mesmo prosseguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Serafina Carrilho, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Duílio Genari, Orlando Pessuti, Beto Richa.

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/99, de autoria do deputado Valdir Rossoni, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro São Bernardo, com sede e foro no município de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 074, de 21.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 345/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Associação de Moradores do bairro São Bernardo, com sede e foro no município de União da Vitória.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Conselheiro Mairinck, com sede e foro no município de Conselheiro Mairinck. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 013, de 13.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 062/2000

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Conselheiro Mairinck, com sede e foro no município de Conselheiro Mairinck.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de

Parecer Favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA  
PROJETO DE LEI Nº 062/2000

O artigo 1º do presente projeto passará a vigir com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Conselheiro Mairinck, com sede no município de Conselheiro Mairinck e foro na Comarca de Ibatí.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/2000, de autoria do deputado Sérgio Spada, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação de pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - APSFI, onde funciona a Escola para surdos da referida entidade no município de Foz do Iguaçu e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 072, de 07.06.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 184/2000

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Sérgio Spada, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - APASFI, onde funciona a escola para surdos da referida entidade no município de Foz do Iguaçu e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. No entanto, sugere-se emenda anexa para melhor adequar a matéria às normas legislativas.

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 08.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 184/2000

O artigo 2º do presente projeto passará a vigir com a seguinte redação:

“Art. 2º - ...

Parágrafo Único - O imóvel que se refere o artigo 2º desta lei, será utilizado pelo município de Foz do Iguaçu para funcionar a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu.

O referido município não poderá dar outra destinação ao lote de terreno sob pena desta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando ainda, agravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Sala das Sessões, em 08.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 184/2000

P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei de autoria do deputado Sérgio Spada, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - APSFI.

#### Fundamentação

Conforme podemos observar, já constatamos a existência do pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta comissão entende que, com a aprovação do presente projeto de lei, a associação poderá atender toda a demanda de matrículas dos alunos da região.

#### Conclusão

Desta forma, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11.09.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/2000, de autoria do deputado Beto Richa, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Reinhardt de Assistência Social - ARAS, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 083, de 20.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 208/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual, a Associação Reinhardt de Assistência Social - ARAS, com sede e foro nesta capital.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/2000, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Renais Crônicos de Londrina e Região - Arenalon, com sede e foro no município de Londrina.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 112, de 28.08.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 279/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Renais Crônicos de Londrina e Região - Arenalon, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 279/2000

O artigo 1º do presente projeto de lei passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Renais Crônicos de Londrina e Região - Arenalon, com sede e foro no município de Londrina.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1731, de autoria do senhor deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1732, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1733 a 1737, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente.

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1738 e 1739, de autoria do senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1741, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1742, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1749 a 1753, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1754, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1755 a 1758, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte:

### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 345/99; 062, 184, 208 e 279/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 276, 292, 298, 299, 300 e 301/2000.

Levanta-se a sessão.

### Pedido de Adesão:

#### PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Wilce Maria Czewnsniak, matrícula 40510, endereço Rua Trajano Reis, 312 - apto. 06, bairro São Francisco, cidade de Curitiba, CEP: 80510-220 - PR, remuneração mensal estimada R\$549,38, CPF: 429.142.569-49, telefone: 225-1567, lotação: serviço médico, data de nascimento: 26/08/55.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N.E04.

(Prot. nº 5812)

Curitiba, em 17.04.2000.

(a) Wilce Maria Czewnsniak